

A RELIGIÃO COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL

RELIGION AS A FORM OF SOCIAL CONTROL

Anna Karoline Cavalcante Carvalho **1**
Ana Luísa Barbosa Faria **2**
Elizandra da Paz Lisboa **3**
Valcelir Borges da Silva **4**
Valéria Lustosa de Alencar **5**

Resumo: Este artigo pretende discorrer sobre a relação entre religião e direito na perspectiva da sociologia jurídica. Para tanto, elucidará a atuação da religião como fator de controle social, primeiramente trazendo alguns aspectos importantes da história da religião no mundo e, posteriormente, recorre-se aos pensadores clássicos – Marx, Weber e Durkheim – analisando suas obras e respectivas convicções sobre a religião como instrumento de controle social. Com base nestas pesquisas bibliográficas e documentais, analisará o processo histórico de efetivação, sobretudo a manutenção do controle social por meio da religião e do direito.

Palavras-chave: Religião. Direito. Sociologia Jurídica. Controle Social.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between religion and law through the legal sociology perspective. In order to do so, it will elucidate the religion performance as a social control factor, first bringing some important aspects of the history of religion in the world, and then using the classical thinkers - Marx, Weber and Durkheim - analyzing their works and their convictions about religion as a social control instrument. Based on these bibliographic and documentary researches, the historical process of effectiveness will be analyzed, especially the maintenance of social control through religion and law.

Keywords: Religion. Right. Social Sociology. Social Control.

Acadêmica de Direito pela Universidade Federal do Tocantins, em Palmas-TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002966850532127>. E-mail: annakarolinecavalcante@gmail.com **1**

Acadêmica de Direito pela Universidade Federal do Tocantins, em Palmas-TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7853030260754750>. E-mail: ana.luisa.faria97@gmail.com **2**

Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Acadêmica de Direito pela Universidade Federal do Tocantins, em Palmas-TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7054540937103288>. E-mail: elizandrapaz.ift@gmail.com **3**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8653012995986629>. E-mail: valcelirbs@gmail.com **4**

Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6458000344136118>. E-mail: v.social@hotmail.com **5**

Introdução

A assertiva - “a religião é o ópio do povo” - provavelmente seja a frase mais conhecida de Karl Marx acerca do fenômeno religioso. Esta concepção foi, no entanto, sendo construída ao longo da trajetória teórica de Marx, que inicialmente tratava a temática religiosa como alienação. Posteriormente, em obras de maior fôlego em parceria com Friedrich Engels, Marx passou a considerar a religião como ideologia, explicada a partir das condições de produção material dos homens. Como qualquer outra forma de ideologia: legal, política, estética, etc., a religião atua como falsa consciência que objetiva e legitima as relações de dominação de classe.

Finalizando busca-se enfatizar a relação entre religião, direito e controle social - que surge devido a inserção do indivíduo na sociedade e a exigência de que este se assemelhe ao máximo ao grupo no qual pertence, entretanto, como cada ser humano possui seus próprios desejos e sentimentos, o homem acaba por ver o mundo a partir do seu próprio modo - assim, fez-se necessário o uso das normas, com o intuito de padronizar o comportamento dos indivíduos ao menos ao que se refere à coletividade, desse modo foi criado o controle social, como meio regularizar a sociedade, entre os vários meios de regularização podemos destacar a Religião e o Direito, a primeira faz uso da fé para persuadir as pessoas a agirem de acordo com os seus interesses sob pena de serem castigados por um ser superior e assim não receberem o prêmio da vida eterna, já o Direito regula a sociedade por meio de normas impostas sob pena de sanções previstas em Lei, tais como privação de liberdade, destituição de bens, e até mesmo a morte. Esse trabalho se propõe ao estudo dos aspectos acima elencados de modo mais detalhado.

Sobre a religião: uma breve perspectiva histórica

Já nos primórdios da humanidade, os homens acreditavam que os fenômenos naturais eram controlados por deuses e espíritos. Para eles, esses espíritos eram capazes de habitar as rochas, as árvores ou os rios, sendo que cada um possuía uma função diferente do outro. Os crédulos pensavam receber sua benevolência por meio de oferendas, como canções, danças, sacrifícios.

Formas numerosas e evidências de culto religioso datam de 35.000 a.C: grutas/santuários com suas pinturas e inúmeras estatuetas femininas que representam a “Grande Mãe” a “Deusa”, assim como o “culto a fertilidade” praticado por esses humanos. As pinturas revelam ainda o caráter sagrado e ritualístico do lugar.

No curso da História, as civilizações antigas como Egito, Grécia e Roma, acreditavam em vários deuses, que, em sua maioria, eram temidos por seus adoradores, que se esforçaram para não os ofenderem ou irritarem. Far-se-á breve resumo da religião em cada contexto.

Os Egípcios

Todos os segmentos sociais praticavam a religião egípcia, no entanto, cada cidade prestava atenção maior aos seus “próprios” deuses. Predominavam mitos sobre a criação, dentre eles o de Osíris, que reinava de modo justo, com sua irmã-esposa sobre o Egito. Este se tornou rei do Egito, e os faraós o sucederam. Osíris tornou-se rei dos mortos, assim, todos que morriam passavam pelo seu tribunal. Eram obcecados pela vida eterna e pela perpetuação da alma, as tumbas eram mais importantes que as casas mais suntuosas, com as tão conhecidas pirâmides, túmulos dos faraós.

Sacerdotes, especialmente treinados para interpretar a vontade divina, ensinavam o povo como viver conforme a vontade dos deuses e também como homenageá-los. Esta atividade permitia que os sacerdotes obtivessem um grande poder. Outro meio de dominação, era o regime político: teocracia centralizada na pessoa do Faraó e formada por súditos subordinados ao seu poder.

A Religião dos Gregos Antigos

A autonomia das cidades-estados gregas se refletiu em sua religião. Em cada cidade, ou mesmo nos altares domésticos, encontrava-se uma religiosidade grega. Praticavam um culto politeísta antropomórfico, em que os deuses poderiam se envolver em aventuras fantásticas, tendo, também, a participação de heróis (Hércules, Teseu, Perseu, Édipo). Não havia dogmas, os deuses possuíam tanto virtudes quanto defeitos, o que os assemelhava aos mortais no aspecto de personalidade. Para relatar os feitos dos deuses e dos heróis, os gregos criaram uma rica Mitologia.

Por essa relação com os seus deuses, sua crença nos mitos, seus cultos aos antepassados, o homem grego do período arcaico encontrava-se submisso às leis instituídas pela religião e pela crença no divino.

A Religião dos Romanos

Roma, cidade da península itálica, era circundada por diversas etnias como os sabinos e etruscos. Sofreu enorme influência da religião etrusca, que por sua vez se helenizou entre os séculos VIII e VII.

Assimilou características de diversas religiões, inclusive fez isso também, por meio da evocatio, que consistia no pronunciamento feito na cidade inimiga, para convidar os deuses a abandoná-la e dirigir-se a Roma, onde receberia honras maiores. Sua religião só podia ser praticada por um cidadão romano, e tinha características próprias.

Para os romanos qualquer anomalia, implicava um retorno ao caos, ou seja, uma crise nas relações entre os deuses e os homens. Dessa forma, eles davam importância apreciável às técnicas divinatórias, e desenvolveram entidades regentes de vários aspectos da vida, e ritos para apaziguá-los.

A religião romana apresentava duas faces distintas, mas complementares: havia um culto público, estatal, que exercia influência sobre os acontecimentos políticos e militares, e outro de caráter privado quando o chefe de família supervisionava os rituais domésticos e orações. Ocorriam festivais parecidos com os desfiles, com oferendas, atos e sacrifícios. Ao mesmo tempo haviam as práticas religiosas realizadas pelas famílias, dentro de suas casas. Muitos lares tradicionais romanos contavam com santuários no qual um deus em particular era cultuado como protetor.

Idade média

Identificado como a idade das trevas, o período que vai entre os séculos V e XV, assim é denominado durante o Renascimento, movimento intelectual do período Moderno, que considerou o expresso fervor religioso dos medievais como um grave retrocesso para a ciência. Para esta linha de pensamento, a Idade Média é simplificada à condição de mero oposto aos ditames e valores que dominaram a civilização greco-romana.

Um olhar mais atento ao mundo medieval revela que tais considerações estão distantes dos vários acontecimentos dessa época, quando ocorreu a criação das primeiras universidades, fato que pode colocar a Idade Média sob uma perspectiva, mais coerente e despida dos vários preconceitos perpetuados desde a Idade Moderna. O desenvolvimento da cultura cristã, as heresias, as peculiaridades de um contexto político descentralizado, a percepção do tempo no interior dos feudos, as festas carnavalescas são apenas um dos temas que podem revelar claramente que esse vasto período histórico é bem mais complexo e interessante.

Com o crescimento do feudalismo na idade média, ocorre a ascensão de uma das mais importantes e poderosas instituições desse período: a Igreja Católica. Acompanhando a expansão do cristianismo com o fim do Império Romano, a Igreja alcançou a condição de principal instituição a disseminar e refletir os valores da doutrina cristã. Diversas interpretações dessa doutrina e outras religiões pagãs se faziam presentes no contexto europeu, mas por meio da centralização de seus princípios e da formulação de uma estrutura hierárquica, conseguiu alargar o seu campo de influências.

Estabelecida em uma sociedade marcada pelo pensamento religioso, a Igreja esteve nos mais diferentes extratos da sociedade medieval, sua própria organização (dividida em Clero, Nobreza e Servos) era um reflexo da Santíssima Trindade. Influenciou as ideias e alcançou grande poder material, controlando boa parte dos territórios feudais, se transformando em importante chave na manutenção e nas decisões do poder nobiliárquico. A própria exigência do celibato foi um importante mecanismo para que a Igreja conservasse o seu patrimônio.

Esse crescimento causou reações dentro da própria igreja, pois alguns viam na sua influência político-econômica uma ameaça aos princípios religiosos. Começaram a se concentrar em ordens religiosas que se abstenham de qualquer tipo de regalia ou conforto material, gerando uma divisão entre as suas práticas política, material e espiritual.

No mundo medieval, exceto os membros da Igreja, pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas ou tinham acesso às obras escritas. Por isso, muitos mosteiros possuíam bibliotecas com grandes

obras do Mundo Clássico e Oriental. São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, por exemplo, foram dois membros da Igreja que produziram tratados filosóficos que dialogavam com os pensadores da Antiguidade.

Portanto, o clero ocupava o topo da hierarquia social, exercia controle em vários aspectos da vida daquela sociedade medieval: muitos fiéis deixavam parte de suas propriedades como sinal de devoção cristã. Além disso, a opinião de vários clérigos passou a influir na decisão dos reis e grandes proprietários de terra do período.

Nesse sentido, depreende-se que em cada sociedade, as crenças religiosas contribuíram para difundir ideias e estabelecer regras de conduta e comportamentos, assim como influenciar a organização social e política de dada civilização, constituindo-se, portanto em mecanismo de controle social.

Religião e sociedade sob a ótica da sociologia clássica

Pode-se afirmar que os clássicos da sociologia Marx, Weber e Durkheim construíram seus arcabouços teóricos acerca de um mesmo contexto histórico – a consolidação do sistema capitalista. Foi principalmente por causa deste processo e das mudanças provocadas por ele que os três analisaram os instrumentos de controle social e a manutenção da coesão frente a todas as alterações sociais. Apesar de analisarem o mesmo fato, suas visões são muito diferentes umas das outras. Dos três verifica-se que Marx foi o que não consagrou longos estudos acerca da religião, voltando-se de forma premente mais para o desenvolvimento de uma teoria social econômica e sistemática. Abaixo são apresentadas algumas características desses autores acerca do fenômeno religioso e sua relação com a estrutura social.

A religião como ideologia

Entre as influências teóricas de Karl Marx, deve-se dar destaque ao idealismo de Hegel e ao materialismo de Feuerbach. Mas, embora se apropriando do que de melhor havia na filosofia destes, Marx faz severas críticas ao modelo teórico de ambos. Para Marx, o modelo idealista hegeliano era por demais contemplativo e abstrato, e, por outro lado, o materialismo de Feuerbach não possuía uma atitude revolucionária da práxis. Isso porque, para Marx, em primeiro lugar o homem não é “consciência”, mas ser, matéria, corpo. Uma maneira síntese dessa crítica pode ser observada na seguinte afirmação de Marx em suas teses sobre Feuerbach: “até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo”.

Esta concepção materialista e revolucionária de Marx irá influenciar sua concepção acerca do fenômeno religioso. Embora ele não tenha se dedicado focadamente ao fenômeno, é possível identificar duas fases em seus escritos sobre a religião. Na primeira Marx percebe a religião como alienação e na segunda como ideologia.

Ao identificar a religião como alienação, Marx, a exemplo de Feuerbach, afirma ser a religião uma projeção do homem, ou seja, reflexo daquilo que falta ao indivíduo. Marx encontra resposta para esta projeção na maneira como o homem se relaciona com o mundo, pois o homem vive em um contexto social que o explora e oprime, e uma vez inserido neste contexto, ele precisa construir ilusões e buscar sossego na religião. Desta maneira o homem, alienado pelas duras condições do mundo em que vive, cria a religião e depende dela para suportar as adversidades e a miséria do mundo real.

A religião é, então, uma forma de iludir a mente do homem, mostrando-lhe as venturas celestes para encobrir a miséria e a opressão, que é a realidade humana. Tal alienação apenas poderá ser esclarecida a partir da situação histórico-social concreta, pois não consiste no fundamento da religião, mas em seu resultado a partir da exploração das classes menos favorecidas pela classe dominante. Marx acredita que se essas barreiras de classes sociais e econômicas forem destruídas, a religião também o será.

Para Marx, a religião é subproduto da classe, ou seja, são as estruturas econômicas que geram a falsa consciência, que é a religião, oferecendo uma libertação espiritual do homem, a libertação imaginária e ilusória. É desta maneira que a religião age como calmante, como o ópio do povo. Pois, a “religião hipnotiza os homens com a falsa superação da miséria e assim destrói sua força de revolta”.

Na fase em que considera a religião como ideologia Marx, já com a parceria de Engels, considera que as ideias são produtos da atividade material dos homens, sendo explicadas tanto no âmbito da filosofia como da moral ou mesmo da religião, a partir da maneira como os homens produzem seus bens materiais. Desta forma, a religião não possui uma substância própria, sendo resultado das condições sociais fabricadas pelos próprios homens. Marx concebia o fim da religião, postulando que, uma vez que o homem cria as condições que fazem a religião existir, poderá também fazê-la desaparecer, através de profundas transformações sociais, ou seja, abolindo as relações sociais de exploração do homem pelo homem que está, segundo ele, na origem e na necessidade da religião como uma invenção idealista.

Marx acreditava que na batalha final entre proletários e burgueses, os primeiros venceriam os capitalistas por serem a maioria na sociedade. A partir da vitória do proletariado se construiria as bases de um mundo ideal, onde as diferenças de classe tenderiam a desaparecer, e a igualdade seria estabelecida entre os homens.

Em seu Manifesto Comunista de 1848, Marx afirma que na revolução os proletários nada têm a perder, a não ser seus grilhões. E têm um mundo a ganhar. Para libertar o proletariado e a humanidade da miséria, é preciso destruir o mundo que gera a religião. Marx conclui que “sendo a religião o reflexo espiritual da miséria real do homem numa sociedade opressora, a superação da religião não se dará só pela crítica intelectual. Para eliminar a alienação religiosa é preciso eliminar todas as condições de miséria que a originam”. Se mudar a infra-estrutura socioeconômica e política, o homem não precisará nem de religião e nem de Deus. Neste aspecto, apontam alguns críticos de Marx que ele se assemelha a uma espécie de profeta querendo prever o futuro. Assim, não seria o que propaga uma espécie daquilo que ele próprio combate, ou seja, de uma religião?

A ética protestante e o espírito do capitalismo

É importante assinalar, sobre a construção da carreira de Weber. Este foi um sociólogo alemão, que atuou na carreira jurídica, mas que também se debruçou sobre as áreas: filosofia, teologia, história e economia. Neste ínterim, pode-se apontar como uma de suas principais obras A ética protestante e o espírito do capitalismo, na qual irá tratar sobre como a religião com um papel ideológico desempenhou uma influência no desenvolvimento do sistema capitalista. Isto na era moderna.

Em a Ética Protestante, Weber traça a conduta religiosa calvinista e sua contribuição no desenvolvimento do espírito capitalista. Isto é, o calvinismo como propagador da busca pelo sucesso na terra, através da atividade laboriosa, para ganhar a salvação. O que segundo o autor, engendrou o espírito do capitalismo. Diferente do catolicismo, que não teria influenciado, pois estes esperam a recompensa após a morte. Nem o luteranismo, com o dogma de dispensa da ação humana como processo de salvação.

No primeiro capítulo do livro Weber nos demonstra a importância de se olhar as estatísticas, como ponto de partida para uma análise. Ele afirma que ao olhar tais dados em sua época em variadas localidades, existe um fato, que os homens de negócios e donos de capital, e trabalhadores mais especializados, pessoal de modernas empresas, são predominantemente protestantes.

Neste sentido, da quantidade de homem protestante nas fábricas ser bastante superior a quantidade de católicos, tem-se a explicação que os católicos com sua educação religiosa familiar do lar, determinavam essa carreira de mestres-artesãos em oficinas.

O autor traz alguns ditos da ética calvinista de Franklin, que influenciam na construção das condutas humanas no capitalismo, pela busca de acumular dinheiro. Como por exemplo: Lembre-se que tempo é dinheiro, lembre-se que crédito é dinheiro, lembre-se que o dinheiro é de natureza prolífica e geradora dinheiro pode gerar dinheiro, o bom pagador é dono da bolsa alheia.

Esse capitalismo a qual Weber se refere é o capitalismo da Europa ocidental e da América do Norte. Pois segundo ele, em outros lugares do mundo o capitalismo já existirá, porém faltou esse *ethos* particular.

Voltando aos ditos acima mencionados, a ética apresentada é fundamentada no ganhar mais e mais dinheiro, combinado com o afastamento estrito de todo prazer espontâneo de viver. Isso nos traz o quanto essa conduta é atual em nossa sociedade, pela qual primeiramente se devem acumular coisas, e quase tudo toma posição secundária a isso, tornado o que Bauman chama de

mundo líquido, relações líquidas.

O protestantismo de Lutero tinha como ênfase a o ser e sua vocação divina, pela qual o homem deve adaptar-se. Aceitação do destino que Deus reservou. O autor afirma que Lutero teria refutado veemente qualquer ligação com o ponto de vista de Franklin.

Mas que também a tese a ser sustentada no livro não é que o capitalismo surgiu com a reforma protestante, mas como tal movimentos religiosos influenciaram o desenvolvimento da cultura material.

A ética protestante puritana ou calvinista, para entendermos sua essência de busca pela acumulação, é o mesmo que querer ser pobre era o mesmo que querer ser doente era reprovável diante de Deus. A ética econômica especificamente burguesa surge da consciência de estar na plenitude com Deus, o empreendedor burguês, desde que nos limites da conduta moral, poderia perseguir seus interesses pecuniários o quanto quisesse, e através disso sentir que estivesse cumprindo seu dever.

Moral religiosa e coesão social

Émile Durkheim (1858-1917) é considerado um dos fundadores da sociologia e nosso objetivo no momento é analisar seu pensamento quanto à religião como forma de controle social. Primeiramente, o controle social é o instrumento de adequação dos indivíduos à vida em sociedade, mantendo a coletividade. A religião, enquanto instrumento de controle, une o povo com ritos, crenças e ideais de salvação. Esse pensador, por viver na época da consolidação do capitalismo, estuda muito este sistema econômico e acredita que as mudanças sociais drásticas causadas por ele prejudicaram a coesão da sociedade e que a religião seria uma das formas de melhora da situação.

Assim como na moral, o indivíduo internaliza as convicções da Igreja e, subjetivamente, sua própria consciência vai guiar suas ações. Ele vai acabar por desejar fazer o que é ditado pelas normas religiosas porque estas são obrigatórias, mas ao mesmo tempo desejáveis, pois a noção de bem penetra na noção de dever.

Segundo sua teoria sobre a consciência coletiva, Durkheim diz que a sociedade só poderá ser concretizada quando uma união de pessoas passa a criar uma representação dos ideais e valores deles como grupo, não como indivíduos, e essa consciência coletiva é exterior e hierarquicamente superior à consciência individual. É justamente essa superioridade que garante a coesão social. A religião vai de encontro com essa consciência coletiva a partir do momento em que a fortifica com a transmissão de normas, valores, e comportamentos necessários para a construção do bem viver social, para o bom funcionamento do organismo social.

Na verdade, Durkheim vai além e vê a religião como uma base representativa no sentido de que ela foi a primeira forma de explicação do surgimento da vida, de seu sentido e dos acontecimentos do cotidiano, permitindo que os indivíduos consigam construir uma visão de si perante o mundo. Pode-se dizer, então, que a religião na verdade é o princípio da filosofia e da ciência.

Concluimos que a religião é um dos principais tipos de controle social que garantem a manutenção da coesão social que Durkheim acreditava estar abalada pelas mudanças trazidas com o capitalismo. Porém, ele não desejava um retorno aos ideais do feudalismo – muito ligados à religião –, mas sim um avanço com mudanças moderadas, apenas de forma que a sociedade se mantenha unida.

Religião, direito e controle social

Sabe-se que, assim como a família e a Religião, o Direito é um dos meios utilizados pelo Estado para controlar os indivíduos dentro de uma sociedade. De acordo com estudiosos, a sociedade está acima do indivíduo, pelo fato de que este precisa se adequar àquela após o seu nascimento, isso inclui os costumes, valores morais e regras de conduta do meio o qual está inserido. A palavra Religião significa religar, passa-se a ideia de que os atos errôneos do Homem o separam de Deus e esta conexão só é possível por meio do exercício da Religião e com ela o exercício de um conjunto de normas, crenças, dogmas e rituais regulares que devem ser obedecidos e reverenciados em nome de Deus.

Asações ou omissões permitidas e proibidas pelas instituições geralmente estão determinadas em leis e regras de comportamentos moralmente aceitos, moralmente tolerados, moralmente

corretos e comportamentos imorais, e escritos em livros tidos como sagrados, a exemplo o Alcorão e a Bíblia. Este controle social torna-se eficiente devido ao medo que seus indivíduos têm de sofrer as sanções impostas aos que descumprirem a lei, caso haja este descumprimento o indivíduo deve ser prontamente punido para servir de exemplo aos demais membros da sociedade.

Quando a religião e o Estado interagem entre si a religião passa a ser parte integrante do sistema vigente. Nos tempos antigos, quando a união do Direito e Religião era mais comum a classe eclesial detinha o monopólio do conhecimento jurídico. A essa união total entre ambos dá-se o nome de Estado Teocrático e para que esta forma de governo funcione é necessário que algumas doutrinas sejam propagadas, a seguir veremos três exemplos de muitos que são utilizados como forma de controle na vida dos indivíduos:

- O direito divino do governante – alegar que o governante foi escolhido por Deus para liderar o povo é algo que acontece com muita frequência e faz com que a sociedade aceite os atos de sua liderança sem grandes contestações ou resistências, devido ao medo de sofrerem com a ira divina;
- Infalibilidade sacerdotal – esta doutrina é essencial no Estado Teocrático, pois faz com que as pessoas sejam alienadas e conformadas com o que o sacerdote lhes disser, ainda mais se este sacerdote for o governante, a infalibilidade de sua palavra acaba ficando acima até mesmo de fatos comprovados cientificamente;
- O templo como morada da divindade – esta doutrina está presente hoje principalmente em determinados movimentos religiosos, a ideia de que determinado templo é a morada de Deus persuade seus fiéis a participarem com frequência de seus encontros religiosos sob a alegação de que a recusa na participação desses encontros possa ser vista como uma negação à presença do próprio Deus.

A própria ideia de que a família é uma instituição criada por Deus dá início a esta tentativa de controle social, pois sendo a família uma instituição divina, logo a mesma deve seguir os princípios religiosos daquele que a criou e dessa maneira seus componentes submetem-se aos direcionamentos de determinada liderança religiosa.

Como exemplo de Estado Teocrático atual podemos citar o Direito Muçulmano, cuja religião é o Islamismo, presente atualmente em um quinto da população mundial, fundada pelo profeta Maomé em 610 d. C., que possui como uma das fontes de lei o Alcorão, dividido em duas partes – uma que prega o amor divino e a outra que prega os castigos dedicados àqueles que se recusarem a seguir as escrituras. Essa religião é uma das fontes do direito em muitos países e em outros é a principal fonte de direito.

Porém, embora a Religião até hoje seja uma das formas de controle social, a evolução das sociedades permitiu a expansão do Direito no que diz respeito ao controle exercido pelo Estado aos indivíduos, sendo importante salientar que tais regras só se aplicam a sociedades civilizadas, o que deixa de fora as sociedades primitivas. Para isso, é importante salientar a diferença entre Direito Natural – conjunto de normas e direitos que são inerentes ao Homem, como exemplo o direito a vida, também pode ser chamado de jusnaturalismo; e o Direito Positivo – conjunto de regras que regem uma sociedade em determinada época, está ligada diretamente ao conceito de vigência.

Para que haja coesão nas sociedades regidas por normas sociais de ordem jurídica são utilizados incentivos positivos e negativos aos seus integrantes. Nesse aspecto, esse tipo de abordagem para com seus integrantes são similares tanto na Religião quanto no Direito. Contudo, é possível observar algumas distinções na abordagem realizada pelo Direito e a Religião no que tange a sua relação com a sociedade. A primeira delas vem do fato de que o Direito é a única forma de controle social exercida pelo Estado de Direito. A segunda vem do fato de que este pode ser impositivo e imperativo. E a última é devido ao fato de que suas normas se aplicam a todos os integrantes da sociedade a qual este Direito está sendo exercido. No que diz respeito à Religião, com a exceção dos Estados Teocráticos supracitados, a mesma só exerce influência em seus próprios seguidores sem que possam obrigar nenhum indivíduo fora estes a seguir suas regras, isto ocorre especialmente em países cujo Estado se declare Laico, como é o caso do Brasil, embora no Preâmbulo da nossa Constituição Federal de 1988 haja o trecho sob a proteção de Deus

confirmando a existência de uma moral religiosa no momento de sua feitura.

Conclusão

Após estudar breves aspectos da história das religiões no mundo, bem como as diversas concepções do fenômeno religioso sob o enfoque da sociologia clássica, tornou-se possível compreender melhor o processo de controle que as concepções religiosas exercem sobre as pessoas e, conseqüentemente, sobre a sociedade.

Ao longo da história depreende-se que em cada uma das civilizações, as crenças religiosas contribuíram para difundir ideias e estabelecer regras de conduta e comportamentos. Influenciaram a organização social, política e econômica dos povos já na pré-história, em civilizações clássicas como a grega, egípcia e romana.

Na era medieval a igreja católica constitui-se na mais importante e poderosa instituição de poder: o clero ocupava o topo da hierarquia social, exercia controle em vários aspectos da vida daquela sociedade, muitos fiéis deixavam parte de suas propriedades como sinal de devoção cristã, assim como a opinião de vários clérigos passou a influir na decisão dos reis e grandes proprietários de terra do período.

Em Marx, vê-se claramente que o papel desempenhado pela religião é o de manter ordeira a sociedade, servindo de ideologia para a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista.

Destarte, a ordem social serve para garantir a existência coesa da vida em sociedade, para tanto, utiliza mecanismos de inserção e padronização de valores para garantir a coesão e igualdade na forma de agir e de pensar, segundo o papel social de cada um.

Existem ainda mecanismos de punição aplicados quando o ator desvia-se de um padrão estabelecido pela sociedade. Nesse sentido, uma das instâncias de controle social é a das normas religiosas. Por meio dela, a sociedade passa seus valores e padrões aos seus atores, para que eles se comportem segundo as expectativas dos outros. Os meios de coerção e ou premiação da religião são meramente endógenos, inerentes à consciência individual e moral de cada indivíduo.

Referências

BEZERRA, Karina. História geral das religiões. **Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife**. Recife, set. 2011. Disponível em: <<http://www.unicap.br/observatorio2/wp-content/uploads/2011/10/HISTORIAGERAL-DAS-RELIGIOES-karina-Bezerra.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LESBAUPIN, Ivo. "Marxismo e religião" In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião: Enfoques Teóricos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ROCHA, Wilton da Silva; SAMPAIO, João Marcos F. O direito e a religião como formas de controle social: socialização, intersecções e dilemas. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, 2016, v. 3, n. 3.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **A Sociedade Feudal**. Disponível em <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-sociedade-feudal.htm>. Acesso em 01 de maio, 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Claret, 2002.